

## Original

# PLANEJAMENTO TERRITORIAL E ECONOMIA POPULAR: OS PARQUES ECONÔMICO-AMBIENTAIS COMO PROPOSTA DE POLÍTICA REGIONAL

**Territorial planning and popular economy: The Economic-Environmental Parks as a proposal for regional policy**

*Adão Francisco-de Oliveira*, Doutor em Geografia e professor da graduação e da pós-graduação em Geografia da UFT/Porto Nacional. [adaofrancisco@gmail.com](mailto:adaofrancisco@gmail.com)

Recibido: Aceptado

## RESUMO

Esse trabalho consiste num esforço de articulação teórica, através de revisão bibliográfica, para propor um modelo de política pública territorial de desenvolvimento regional, intitulado de Parques Econômico-Ambientais. Parte-se da redefinição teórico-conceitual que nas décadas de 1960/70 conceberam a ideia de Planejamento Territorial em detrimento da ideia de um Planejamento Urbano e Regional fincado em teorias ortodoxas e positivistas, para a contextualização das políticas regionais da ocupação do Cerrado e da Amazônia brasileira. Logo após, situa-se a nova proposta de política territorial apresentando os seus fundamentos na Economia Popular, mediante a criação de Arranjos Produtivos Locais. Por fim, esse artigo apresenta as características dos Parques Econômico-Ambientais, ilustrando-o a partir da realidade do Estado do Tocantins, Brasil.

**Palavras-chave:** Planejamento Territorial; Economia Popular; Desenvolvimento Regional; Parques Econômico-ambientais; Tocantins.

## ABSTRACT

This work consists of an effort of theoretical articulation, through bibliographical revision, to propose a regional public policy model of regional development, entitled Economic-Environmental Parks. It starts from the theoretical-conceptual redefinition that in the 1960s and 1970s conceived the idea of Territorial Planning in detriment of the idea of an Urban and Regional Planning based on orthodox and positivist theories, for the contextualization of the regional policies of occupation of the Cerrado and Brazilian Amazonia. Soon after, the new territorial policy proposal is presented, presenting its foundations in the Popular Economy, through the creation of Local Productive Arrangements. Finally, this article presents the characteristics of the Economic-Environmental Parks, illustrating it from the reality of the State of Tocantins, Brazil.

**Key words:** Territorial Planning; Popular Economy; Regional development; Economic-environmental parks; Tocantins.

## INTRODUÇÃO

O movimento intelectual que nas décadas de 1960/70 resgatou a criticidade aos pensamentos geográfico e econômico permitiu às concepções de *Desenvolvimento Regional* o estabelecimento de novos matizes. Pautado até então fundamentalmente na teoria neoclássica keynesiana, na qual o interesse das forças exógenas do capitalismo, os elementos naturais dispostos no espaço, a infraestrutura montada por ação direta do Estado e a centralidade exercida por uma grande cidade têm papel primordial no ordenamento da região (GORENSTEIN, 2014; HUNT, 1989), o campo analítico e de intervenção Planejamento Urbano e Regional iniciou um processo de transformação de suas concepções a partir de abordagens arejadas do Materialismo Histórico e Dialético.

Constituída como uma área interdisciplinar e parteira das principais concepções de Desenvolvimento Regional, o Planejamento Urbano e Regional sofreu no contexto mencionado influências substanciais da Geografia Crítica e da Economia Política Crítica. A primeira fundou-se com base numa ampla revisão da noção de espaço, interpretado agora como um elemento balizar das formações sócio-históricas, tal qual as relações de produção e as forças produtivas.

Essa mudança no campo da Geografia sofreu forte influência do pensamento do filósofo francês Henri Lefebvre, um dos principais revisores da noção de espaço a partir da teoria da *práxis socioespacial* (LEFEBVRE, 1999a; 1999b; 2001). Não obstante, o brasileiro Milton Santos – formado em Direito, mas geógrafo por ofício e formação pós-graduada – não exerceu menos influência, a partir de sua teoria da **formação social e econômica**, especialmente formulada nas publicações de suas primeiras obras: *A cidade nos países subdesenvolvidos* (1965); *Geografía y economía urbanas en los países subdesarrollados* (1973); *Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método* (1977); e *Por uma Geografia nova* (1978).

Na perspectiva da Economia Política Crítica, há uma reorientação do pensamento econômico na fundação da Escola Heterodoxa, na qual a “Economia Marxiana”, que é uma releitura dos trabalhos econômicos de Karl Marx, coloca em foco novamente a teoria do valor-trabalho. Nesse diapasão, o Desenvolvimento Regional se explica no contexto da *divisão social do trabalho*, entendida como a categoria mediadora para se explicar as

heterogeneidades, hierarquias e especializações de todas as escalas territoriais (BRANDÃO, 2004).

Sobre essa corrente,

Os melhores trabalhos deste campo temático (Rangel, Cano, Furtado, Oliveira, entre outros) [...] nunca buscaram teorias abstratas do desenvolvimento regional e urbano. Ao contrário, perceberam ser necessário investigar sempre os contornos histórico-institucionais concretos em que se processa a execução das leis imanentes e das determinações mais abstratas do capitalismo. Estas determinações não podem ser utilizadas sem mediações, fora das sequências do real-concreto que têm vigência histórica peculiar. O desafio constante foi construir e hierarquizar as determinações necessárias. A divisão social do trabalho deve ser a categoria explicativa básica da investigação da dimensão espacial do desenvolvimento, uma vez que permeia todos os seus processos, em todas as escalas (BRANDÃO, 2004, p. 63).

Desprende dessa leitura que a ordenação territorial articula interesses e investimentos diferentes de capital no contexto regional, produzindo assimetrias que evidenciam desenvolvimento e subdesenvolvimento, porém num processo associado e interdependente, regular e ordenado, mesmo que com natureza desigual (BRANDÃO, 2004).

Frente a essas novas abordagens, esse trabalho intenciona apresentar uma proposta de política regional pautado nos matizes teóricos do Planejamento Territorial, dando destaque para a importância da Economia Popular como elemento de propulsão do desenvolvimento. Nessa perspectiva, se concebeu os *parques econômico-ambientais* como um novo modelo de política regional afeito às características dos Estados do Centro-Norte brasileiro.

### **Capitalismo, urbanização e desigualdade regional**

No presente estudo, a desigualdade foi tratada como sendo uma característica das sociedades capitalistas, com traços específicos de cada formação social. Parte-se do entendimento de que a força do capital se manifesta no território a partir dos interesses econômicos que se projetam sobre o mesmo, demandando ao mesmo tempo projeto de desenvolvimento e investimentos variados articulados ao provimento de infraestruturas sociais (HARVEY, 2006). Porém, “o tempo de gestação dos projetos é longo, e o retorno dos benefícios (se houver) demora muitos anos” (HARVEY, 2006, p. 137).

Desta forma, os espaços de uma determinada região são articulados na produção capitalista em tempos diferentes e de forma desigual, à medida em que se tornam interessantes à acumulação capitalista. Segundo Santos (2008a), o resultado desse processo é a formação de espaços intrarregionais com níveis de integração, de ocupação, de uso, de apropriação e

desenvolvimento de tecnologias e de valores diferenciais, o que fatalmente subtrai de parte dos agentes sociais regionais substancialidade de sua cidadania.

Face a esta expansão do capital, a urbanização brasileira tem acontecido em níveis e formas diferentes em suas diversas regiões, mas sempre com a lógica de modernização do território. A modernização em questão foi aquela impressa após a Segunda Guerra Mundial, que manifestou e ao mesmo tempo deu condições para o desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo (SANTOS, 1993).

O capitalismo se apropriou da cidade por esta reunir as melhores condições para o seu desenvolvimento, principalmente pela sua capacidade de concentração e densidade, o que conduziu para uma rápida concretização do ciclo do capital. A cidade concentrou a força de trabalho e os meios necessários para a produção em larga escala, o que a tornou o lugar da gestão, por comandar a divisão territorial do trabalho e por articular a ligação entre as cidades da rede e entre a cidade e o campo (SPOSITO, 1988, p. 64).

A produção capitalista estabeleceu uma articulação entre campo e cidade, ao passo que contraiu radicalmente a produção de subsistência no campo, dando lugar à industrialização e ampliando a capacidade de produção agrícola ao concentrar os meios de produção (a terra, por excelência), especializando e mecanizando a produção. Todos estes mecanismos transformaram o campo no rural e o torna dependente do urbano, pois há o aumento do consumo e dos serviços da cidade (SPOSITO, 1988, p. 65).

No Brasil, este cenário de apropriação territorial pelo capitalismo se desenrolou no Cerrado e, em seguida, na Amazônia, ocasionando profundas mudanças nessas regiões. O bioma Cerrado, considerado pobre e sem aproveitamento econômico até a primeira metade do século XX, passa a ser inserido nas demandas da economia nacional e internacional tornando-se produtivo. A partir da década de 1970, inúmeras lavouras de soja, cana de açúcar e criação de gado se instalam na região, provenientes de avanços da ciência e tecnologia, tornando o Cerrado um território produtivo. A significação do termo cerrado se modifica e, por meio da ação do capital, torna-se o lugar da prosperidade (CHAVEIRO e CALAÇA, 2012).

Desse modo, “o campo esvaziou-se de gente e encheu de bois e grãos, a cidade encheu-se de gente e se tornou desigual” (CHAVEIRO e CALAÇA, 2012). O Cerrado, principalmente em Goiás, se urbanizou bem mais. Até 1960, a região Centro-Oeste era a região menos urbanizada do país e, a partir de 1970, passou a ocupar a segunda colocação, precedida

apenas pelo Sudeste, o que se justifica pela implantação de uma infraestrutura nova a serviço de uma economia moderna.

No caso específico de Goiás, apesar desta nova urbanização ter iniciado desde a construção de Goiânia na década de 1930, foi graças à “redescoberta do cerrado”, que se criaram as condições para uma agricultura moderna, um consumo diversificado e, paralelamente, uma nova etapa da urbanização, como também ao equipamento moderno do país e à construção de Brasília, condições essenciais para esse novo fenômeno urbano (SPOSITO, 1988, p. 69).

Há que se destacar ainda o papel das cidades médias goianas nesse contexto, que passaram a se desenvolver rapidamente e intensificaram as relações entre si e com Goiânia, formando uma densa rede urbana, que se articulou e se complementou apesar da proximidade da nova capital federal.

Os efeitos da inserção do Brasil no capitalismo global se fizeram sentir também na Amazônia, assim como aconteceu no Cerrado. Desde a década de 1960, quando se intensificou a intervenção do Estado Nacional, por meio de grandes empreendimentos, política de migração e controle da terra, os antigos padrões de organização espacial foram rompidos. Estas mudanças causaram uma reestruturação da rede urbana regional, conferindo novos papéis às cidades e confirmando uma nova estrutura produtiva e do mercado de trabalho na Amazônia.

As fronteiras econômicas se abriram ao capital, o espaço amazônico se valorizou por meio dos novos eixos rodoviários que se formaram, concentrando o povoamento ao longo de suas margens, desenvolvendo cidades e dando surgimento a outras, incorporando novas vias de circulação aos já tradicionais eixos fluviais.

Segundo Becker (1998), coube à cidade assumir o papel de ser elemento mediador entre as políticas de desenvolvimento pensadas para a região e a ressocialização da população migrante, a força de trabalho, característica do que ela chamou de fronteira urbana.

Todos esses fatores – o controle do excedente rural, a criação de força de trabalho disponível para o capital, a inserção da Amazônia no mercado capitalista de produtos e o controle dos recursos naturais – formam as bases em que se ergueram a “fronteira do capital” na Amazônia (BECKER, 2007), resultando em uma urbanização que atendeu prioritariamente aos interesses do capital, a exemplo do que aconteceu no Centro-Oeste e no restante do país. Assim,

O Brasil montou, ao longo de décadas, uma economia urbana moderna e diferenciada, com complexa estrutura produtiva (industrial, agropecuária e terciária) e heterogeneidades sociais, regionais, rurais e culturais marcantes. Ergueu, com enorme rapidez e conservadorismo, uma das sociedades urbanas de massa mais complexas do planeta. Uma sociedade multicultural vivendo em uma economia urbana simultaneamente moderna, de “fuga para a frente” (territorial e dos direitos), excludente, de predação ambiental e social, ocupando espaços com irregularidade e exclusão (BRANDÃO, 2017, p. 56).

A colonização da Amazônia foi, sobretudo, de natureza política e não se referendou em uma base científica (BECKER, 2001, p. 137). A ocupação da Amazônia caracterizou-se como um processo dirigido. Fatores como a defesa da extensa fronteira nacional, a proteção de riquezas minerais, a conquista de mercados de difícil acesso e o redirecionamento de trabalhadores rurais sem terra de regiões densamente povoadas para as terras amazônicas estavam inseridos dentro do pacote de ações do governo. O discurso oficial de integração nacional, ocupação de vazios demográficos e desenvolvimento, fez parte do plano ideológico de incorporação capitalista da Amazônia. A integração atendia a vários propósitos simultaneamente, e incluía a burguesia nacional, o capital estrangeiro e o Estado Brasileiro (IANNI, 1979; BECKER, 1998; KOHLHEPP, 2002).

Neste sentido, Becker (1998) aduziu que,

“A fronteira amazônica só pode, portanto, ser compreendida a partir da inserção do Brasil no sistema capitalista global pós-Segunda Guerra Mundial, em que o capitalismo atua no espaço planetário mas os Estados nacionais conservam suas funções de controle e hierarquização, constituindo a agentes primordiais na produção do novo espaço. Na verdade, o povoamento da Amazônia a partir da colonização se fez sempre em surtos devassadores vinculados à expansão capitalista mundial” (BECKER, 1998. p. 11)

Com a criação da Amazônia Legal, nova região de planejamento, determinada pela SUDAM, com cerca de cinco milhões de quilômetros quadrados, a organização regional ficou a cargo dos militares, através da “Operação Amazônia”, que mobilizou fundos públicos e privados. A intenção era mostrar a habilidade do novo sistema político em levar adiante o desenvolvimento como potência líder do novo mundo por meio de novas estratégias para explorar seu potencial econômico (KOHLHEPP, 2002, p. 37).

Este período foi marcado por um modelo desenvolvimentista e de integração, pautado por políticas de ocupação de cunho geopolítico, que foi concretizado por meio da implantação de

grandes projetos de colonização e de mineração. A política de incentivos fiscais voltadas, principalmente, para os grandes projetos agropecuários, também se fizeram presentes, viabilizando a transformação de áreas florestais em pastagens (MAHAR, 1978; BECKER, 1998; FEARNSTIDE, 2005).

Face às mudanças provenientes da chamada “fronteira do capital” que, segundo Corrêa (1987), incluía mudanças na esfera produtiva e nas relações de produção, a ocupação espontânea ou dirigida da região, a abertura de rodovias e a implantação de grandes projetos agropecuários, de mineração e hidrelétricos acarretaram transformações na rede urbana.

Nesse contexto, antigos núcleos urbanos experimentaram um novo dinamismo, ligados aos setores de mineração, indústria madeireira, siderurgia e construção civil e alcançaram a categoria de verdadeiros centros regionais. A Amazônia Oriental apresentou este cenário.

O fenômeno da desconcentração populacional se faz perceber com a perda da importância econômica da cidade de Belém face à expansão econômica da fronteira no interior e ao crescimento das pequenas e médias cidades fora de sua órbita. À semelhança do que acontece com outras metrópoles regionais, Belém tem perdido a preferência no que se refere à instalação de novos empreendimentos, pois cidades intermediárias têm oferecido vantagens mais significativas como pisos salariais inferiores, pouca fiscalização quanto aos direitos trabalhistas, terrenos menos valorizados, infraestrutura para entrada de insumos e escoamento da produção (ROMERO apud TRINDADE JR, 1998).

A reestruturação urbana e regional da Amazônia se situou em um contexto nacional e internacional, pois “o mundo encontra-se organizado em subespaços articulados dentro de uma lógica global. Não podemos falar mais em circuitos regionais de produção [...] temos que falar em circuitos espaciais da produção”, (SANTOS, 1997, p. 49).

Na compreensão do papel das cidades médias amazônicas, a consideração do contexto regional prevaleceu diante da influência que essas cidades receberam e exerceram do cenário em que se inseriram. Nesse aspecto, acompanhando o raciocínio de Villaça (1998), diferentemente dos estudos metropolitanos, em que o deslocamento e localização da força de trabalho no interior do espaço urbano definiram em sua maior parte a dinâmica urbana, nas cidades médias essa importância possuiu um menor peso quando comparada à circulação de mercadorias em geral (capital constante, energia, informações etc.) no contexto regional. Daí o estudo da cidade média ser também e, ao mesmo tempo, um estudo de uma dada dinâmica sub-regional.

## Inovando na política de desenvolvimento regional

Observa-se que no contexto regional centro-norte-amazônico a formação social e econômica oriunda da divisão regional do trabalho produziu um subespaço nacional desigual e articulado, assentado em projetos estatais de interiorização de pessoas e do capital. O elemento territorial mediador desses arranjos de políticas regionais são as cidades médias. Contudo, a reprodução do capital nesse contexto ampliou significativamente as desigualdades, a segregação e a exclusão socioterritorial, produzindo ricos ao patamar dos demais ricos do país, mas pobres muito mais empobrecidos do que os demais do país. Isso porque o centro-norte-amazônico brasileiro, constituído essencialmente pelo Cerrado e pela Amazônia, é também espaço de reprodução de várias comunidades tradicionais: indígenas de várias nações, quilombolas, extrativistas, camponeses, ribeirinhos.

Nessa perspectiva, projetos que visam a replicação de modelos exógenos de desenvolvimento não contemplam a heterogeneidade dessa vasta região, satisfazendo apenas aos interesses de acúmulo de capital, mas não de integração e inclusão social dos empobrecidos da terra. Por isso, esse estudo apresenta os *Parques Econômico-Ambientais* como um instrumento de política regional afeito a uma práxis socioterritorial no contexto do centro-norte-amazônico brasileiro. É uma proposta de política pública que não se limita aos matizes do pensamento econômico ortodoxo presentes no Planejamento Urbano e Regional tradicional, nem nos ranços de uma Geografia positivista, que aceita indiferente a realidade de injustiça presente na configuração territorial.

Parte-se do entendimento de que nesse tipo de espaço, onde a ocupação capitalista se processa de forma desigual, ordenada, associada e interdependente e com prevalência de baixa agregação tecnológica – *espaços opacos*, na definição de Santos (2008a) – e de pobreza social extrema, a ação do Estado não pode pautar-se em tentar, insistente, constante e exaustivamente, a atração do grande capital como única possibilidade para a viabilização social e econômica do território no contexto da globalização. Pelo contrário, a possibilidade real para que esse território se viabilize se dá no fomento estatal à *Economia Popular*, entendida aqui na perspectiva de Coraggio:

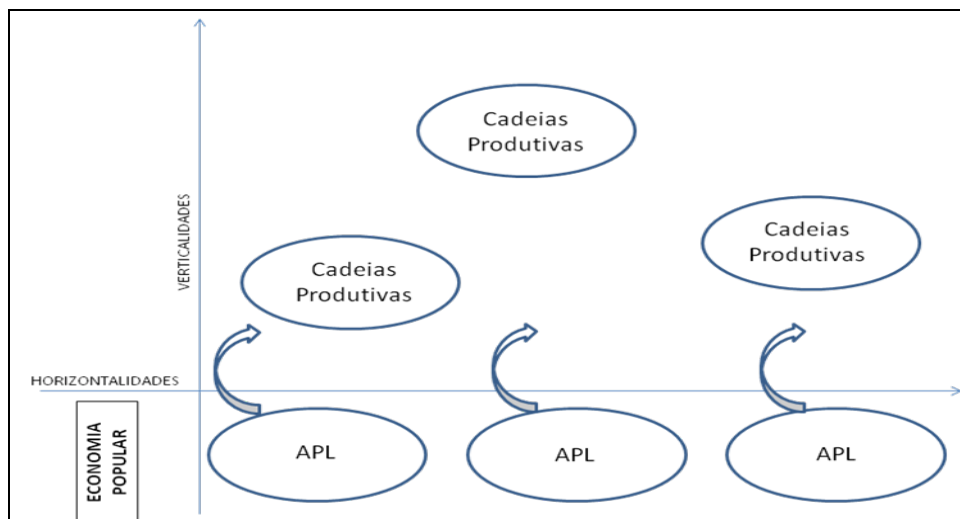
É possível construir uma economia centrada na expansão e desenvolvimento – desde o local e o global, através de iniciativas do Estado e da Sociedade – das capacidades do trabalho humano em sociedade, incorporando o conhecimento como força produtiva indissociável do trabalho e da reprodução ampliada da vida de todos. Essa afirmação teórico-prática, da centralidade do trabalho, marca – como direito em si e como condição material, junto com o respeito aos equilíbrios ecológicos, para se definir e se exercer todos os demais direitos humanos – um programa estratégico que



possa orientar ações e gerar situações de aprendizagem em diversas escalas, com base na prática e na reflexão (CORAGGIO, 2003, p. 19).

O trabalho é elemento fundamental dessa economia, que na nossa abordagem não se vincula estritamente com a condição do *setor informal urbano*, mas que tem fundamento nas pequenas iniciativas, de caráter associativo, familiar e extra-familiar, baseado na *práxis criativa* a partir das potencialidades locais/regionais assentes especialmente nos elementos naturais (paisagístico-ambientais), culturais (tradições históricas e artísticas e arqueologia) e arquitetônicos (cidades e monumentos históricos). O *arranjo produtivo local* é o meio pelo qual se dá essa organização produtiva, baseada na organização social e fomentada pelo Estado com vistas a uma produção que se interage com o mercado em escalas diferenciadas, constituindo-se como um sedimento organizado da **cadeia produtiva**.

A figura abaixo nos ajuda a compreender melhor a lógica desse dispositivo.



Perceba que os arranjos produtivos locais – APLs são a base organizativa desse modelo de política que aqui se propõe e eles se instituem na perspectiva de fomentar a Economia Popular enquanto instância econômica básica para o desenvolvimento local e regional. Nesse sentido, a Economia Popular é entendida aqui como o momento de um arranjo de produção a partir do local que articula o trabalho – na sua dimensão criativa, autóctone, associativa, autônoma, libertadora e sustentável –, o emprego e a renda, a produção, a

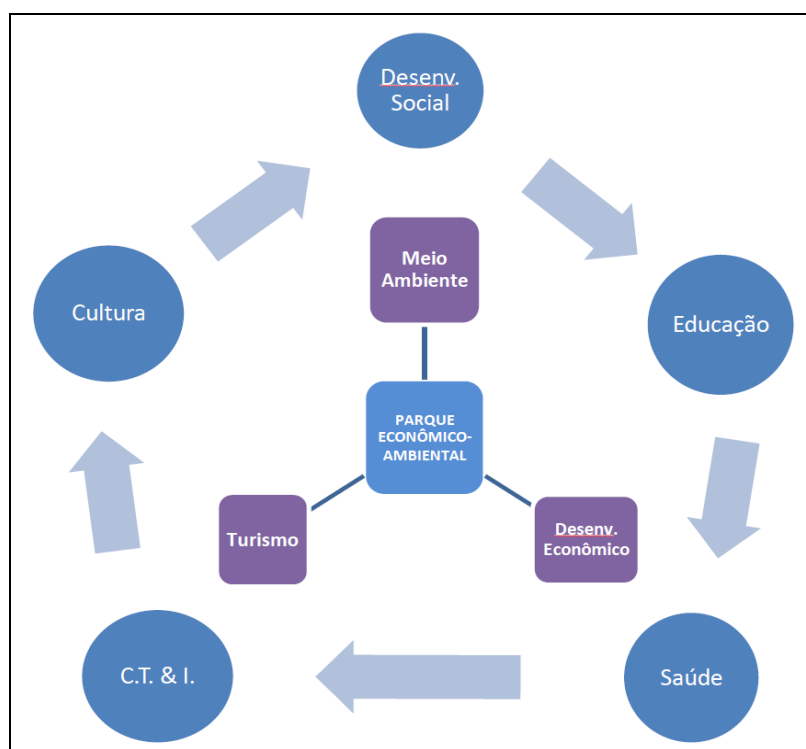
circulação e a comercialização de produtos/mercadorias, dinamizando outros negócios e mercados na sua associação com as Cadeias Produtivas.

O Estado, por sua vez, encontra-se nas duas pontas do processo, pois ao mesmo tempo que incentiva o desenvolvimento desse modelo, com financiamentos baratos e cabíveis em programas de orçamentos pequenos, recebe por seu turno o retorno através do aumento do consumo local e regional e da decorrente arrecadação fiscal. Figura também no meio do processo, através da assistência técnica aos arranjos produtivos e da mediação da comercialização dos produtos. Não obstante, esse aumento do consumo a partir do incremento do emprego e da renda fomenta os mercados locais e regionais, potencializando o comércio e gerando novos ativos de bases regionais.

Apoiando no pensamento de Santos (2008b), entende-se aqui que a Economia Popular se efetiva nas relações horizontais do território, articulando os agentes locais e regionais a dinâmicas produtivas e de consumo. Nessa horizontalidade, a práxis mobilizada pela associação de todos os agentes resignifica a lógica e a dinâmica produtivas, potencializando-as a uma forma mais imperativa de articulação vertical, com outras esferas da cadeia produtiva.

### **Os parques econômico-ambientais: o caso do Tocantins**

Tendo demonstrado a dinâmica do fomento à Economia Popular com base nos Arranjos Produtivos Locais, cabe agora apresentar o desenho de como seria a institucionalidade da política pública denominada de Parques Econômico-Ambientais - PEAs, o que faremos a partir da próxima figura.



Para o contexto do Estado do Tocantins, enquanto componente da região centro-norte-amazônica brasileira, os PEAs sedimentam-se em três pilares: o turismo, o meio ambiente e o desenvolvimento econômico. Isso porque em todo o território do Estado há um grande potencial para se desenvolver atividades produtivas entorno do turismo, seja agrícola, ambiental, cultural ou arquitetônico. Contudo, na perspectiva dos PEAs, todas as atividades produtivas de base – a partir do fomento da Economia Popular – devem, necessariamente, refletirem a reprodução de toda a força natural e/ou artificial que sustenta a atividade. Por isso, o setor de meio ambiente figura como protagonista nesse tripé. Já o setor de desenvolvimento econômico precisa estar em todo tipo de arranjo de PEA, pois ele é responsável pelas estratégias de financiamento estatal dos APLs a se constituírem.

Entende-se que, enquanto política pública, os PEAs devem se instituir como um programa que só se efetiva mediante o planejamento integrado de todos os setores de um governo que, para além daquele tripé, devem orbitar articuladamente no desenvolver de suas políticas particulares. Um exemplo disso através da Educação: orientar na formação básica e, mais estritamente, na formação técnica associada ao Ensino Médio, cursos que formem os sujeitos locais e regionais para as atividades potenciais a serem desenvolvidas pelos APLs: turismo sócio-ambiental e arqueológico, agroecologia, agroindustrialização, piscicultura e tratamento do pescado, agropecuária, tratamento e gestão dos resíduos sólidos etc.

Um outro exemplo seria através da área da Saúde, que compreendendo as dinâmicas antrópicas nos contextos regionais frente às novas organizações produtivas, atuaria em associação com as demais instituições (escolares, de trabalho etc), numa perspectiva preventiva e de redução de custos. Por sua vez, a Ciência e Tecnologia incentivaria pesquisas e projetos voltados para a descoberta de novas possibilidades tecnológicas com insumos da terra possíveis de conversão produtiva, além das incubadoras de gestão de negócios e de comercialização em redes.

Pretende-se com os PEAs ter efetividade na superação da pobreza, através do desenvolvimento de APLs que fomentem o fortalecimento do capital social, ao mesmo tempo em que se articulam às cadeias produtivas, num ciclo que incida na potencialização da economia local/regional.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

1. Os Parques Econômico-Ambientais são instrumentos que permitem ao planejamento integrado intersetorial o desenvolvimento regional, tendo como base o fortalecimento da solidariedade entre as áreas governamentais, a cooperação entre os municípios e a articulação com a sociedade. Do ponto de vista teórico, essa proposta figura dentro das concepções críticas do espaço, enquadrando-se como uma proposta de Planejamento Territorial.
2. Apesar de sua importância, não se pode ignorar as advertências feitas por Brandão (2004) sobre as distorções que se têm feito sobre o conceito de território a partir da década de 1980. Segundo ele,

A necessidade da “territorialização” das intervenções públicas é tomada como panacéia para todos os problemas do desenvolvimento. Assevera-se, de forma velada ou explícita, que todos os atores sociais, econômicos e políticos estão cada vez mais plasmados, “diluídos” (subsumidos), em um determinado recorte territorial. Na verdade, parece existir uma opção por substituir o Estado (“que se foi”) por uma nova condensação de forças sociais e políticas (abstrata) que passa a ser chamada de território. O território passa a ser como que o grande regulador autômato de relações, dotado da propriedade de sintetizar e encarnar projetos sociais e políticos. Ou seja, personifica-se, fetichiza-se e reifica-se o território, ao preconizar que o mesmo tenha poder de decisão, desde que dotado do adequado grau de densidade institucional e comunitária. À ação pública caberia apenas animá-lo e sensibilizá-lo, construindo confiança e consensos duradouros. É bom lembrar que tais consensos

surgem como pressupostos e não como propósito a ser construído (BRANDÃO, 2004, p. 58).

1. Considerando-se tais ponderações, ousamos em propor os PEAs como política territorial que fomente o desenvolvimento regional, inclusive para dar validade ao que o próprio Brandão afirmará anos mais tarde:

Precisamos construir e consolidar uma acumulação potente de forças sociais e políticas e uma legitimação suficientes para romper o impasse na implementação de estratégias nacionais e regionais de desenvolvimento como políticas de Estado no Brasil. Porém, os constrangimentos políticos e teóricos são enormes (BRANDÃO, 2014, p. 122).

2. É justamente considerando que o desenvolvimento regional depende fundamentalmente de políticas de Estado que ventilamos essa propositura, permitindo à academia cumprir com parte do seu papel que é o de retribuir à sociedade e ao Estado os esforços entorno de seu funcionamento, através da transferência de tecnologias, nesse caso, social. A isenção dessa proposta está no fato de ela reconhecer no espaço desigual do centro-norte-amazônico brasileiro todas as contradições que configuram intencional e estrategicamente o seu processo de desenvolvimento, uma vez que esse espaço é componente de uma divisão regional do trabalho.
3. Não obstante, essa proposta não toma como carro-chefe para o processo de desenvolvimento local/regional a constituição do capital e toda a viabilização para que ele se instale no território. Pelo contrário, entende-se que é na mobilização das forças endógenas, de caráter sócio-produtivas, com toda a sua carga histórica e cultural, articuladas em arranjos produtivos locais para a estruturação da Economia Popular, num processo de baixo para cima, que se constrói um caminho bem pavimentado para o desenvolvimento regional.

Assim,

A busca por um arcabouço teórico-metodológico que possa informar análises e sugerir instrumentos orientadores de estratégias mais concretas de desenvolvimento urbano-regional deve acionar todo um aparato crítico conceitual que não apenas bem qualifique o debate, mas também possa sugerir nova produção social e política do espaço, que coloque as questões do poder e dos processos decisórios no centro da análise e da ação (BRANDÃO, 2014, p. 133).

1. Com esse exercício, apresentamos um instrumento alternativo, afeito especialmente ao território tocantinense. A sua submissão à crítica e a possíveis testes de políticas territoriais serão fundamentais para a sua validação ou refutação. Porém, temos a certeza de sua importância para o fomento do debate e para a revisão teórica.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, B. (1990). *Amazônia*. São Paulo: Ática.112p.

\_\_\_\_\_. (2001). Fronteira e urbanização repensadas. In: BECKER, Bertha; MIRANDA, B. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? *Parcerias Estratégicas*, Brasília, v.12, n.1, p.135-159.

\_\_\_\_\_. (2007). A Amazônia e a política ambiental brasileira. In: SANTOS, M.; BECKER, K. B. (Ed.). *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. Rio de Janeiro: Lamparina, p. 22–40.

BECKER, B. K.; EGLER, C. (1994). *Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo*. 2ªed. Rio de Janeiro: Bertrand.

BRANDÃO, C. A. (2004). Teorias, estratégias e políticas regionais e urbanas recentes: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 107, p. 57-76, jul./dez.

\_\_\_\_\_. (2014). Estratégias de desenvolvimento regional, decisões e interinstitucionalidades: desafios da abordagem crítica das transformações socioespaciais e os impasses para a efetivação das políticas regionais no Brasil. In: RANDOLPH, R.; SIQUEIRA, H.; OLIVEIRA, A. de (orgs.). *Planejamento, políticas e experiências de desenvolvimento regional: problemática e desafios*. Rio de Janeiro: Letra Capital.

\_\_\_\_\_. (2017). Cidades médias como provedoras de bens e serviços públicos e coletivos e como construtoras de cidadania e de direitos. In: SPOSITO, M. E. B. e SILVA, W. R. (orgs.). *Perspectivas da Urbanização: reestruturação urbana e das cidades*. Rio de Janeiro: Consequência.

CASTELLS, M. (2009). *A questão urbana*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, coleção "Pensamento Crítico, v. 48".

CHAVEIRO, E. F; CALAÇA, M. (2012). Por uma Abordagem Territorial do Cerrado Goiano. In: Marcos Aurélio Saquet; Egidio Dansero; Luciano Zanetti Pessôa Candiotto. (Org.). *Geografia da e*

para a cooperação ao desenvolvimento territorial: experiências brasileiras e italianas. São Paulo: Expressão Popular, v. 1, p. 191-206.

CORAGGIO, J. L. (2003). O que significa passar da economia popular à economia do trabalho? Revista Proposta, Rio de Janeiro, n. 98, p. 12-19, set./nov.

CORRÊA, R. L. (1987). A Periodização da Rede Urbana da Amazônia. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 49, n.3, p.39-68.

COSTA, W. M. de. (1997). O Estado e as políticas territoriais no Brasil. São Paulo: Contexto.

FEARNSIDE, P. (2005). Desmatamento na Amazônia brasileira: história, índices e conseqüências. Megadiversidade, Belo Horizonte, v.01, n.01, p. 113-123.

GORENSTEIN, S. (2014). De la región al territorio: um análisis estilizado sobre abordajes, debates y nuevos desafios Del desarrollo urbano-regional. In: RANDOLPH, R.; SIQUEIRA, H.; OLIVEIRA, A. de (orgs.). Planejamento, políticas e experiências de desenvolvimento regional: problemática e desafios. Rio de Janeiro: Letra Capital.

HARVEY, D. (2006). A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume.